

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2020

APROVAÇÕES

Câmara Municipal
Em 23 de maio de 2021

Assembleia Municipal
Em 25 de junho de 2021

93-
fw
m
de
of
qu



ÍNDICE

I – Enquadramento legal -----	2
II – Organização municipal e recursos humanos -----	6
III – Reporte Financeiro -----	7
1 – Análise Orçamental -----	8
1.1.– Receita-----	11
1.1.1. - Execução Orçamental da Receita -----	13
1.1.2. - Evolução e estrutura da Receita Municipal -----	15
1.2. – Despesa -----	27
1.2.1. -Execução Orçamental da Despesa -----	28
1.2.2. -Evolução e estrutura da Despesa Municipal -----	32
1.2.3. -A Despesa na ótica dos Planos -----	52
1.2.3.1.- Plano Plurianual de Investimentos -----	55
1.2.3.2.- Plano de Atividades Municipal -----	61
IV – Linhas de intervenção -----	65
1 - Educação e cultura -----	65
2 - Saúde e qualidade de vida -----	68
3 - Desporto -----	69
4 - Ação Social -----	69
5 - Segurança -----	70
6 – Património Cultural -----	70
7 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial -----	71
V – QREN e Portugal 2020 e outros financiamentos -----	71
VI - Endividamento -----	73
VII - Poupança Corrente -----	77
VIII – Análise patrimonial -----	78
1- Evolução da Situação económica e Financeira -----	78
1.1 - Análise ao Balanço -----	78
1.2 - Análise à Demonstração de Resultados -----	82
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	84
Anexos às Demonstrações financeiras -----	85

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



I - Enquadramento Legal

Apesar da publicação ser já de 2015, a Prestação de Contas é apresentada pela primeira vez neste formato.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surge da necessidade de rever o modelo de gestão das finanças públicas e visa colmatar um conjunto de fragilidades verificadas no modelo anterior.

O SNC-AP tem como objetivo, promover a harmonização contabilística, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades.

As normas integrantes do novo diploma, constituem um modelo importante de normalização contabilística e implicam alterações profundas na contabilidade pública.

Por razões diversas, principalmente pela dificuldade na implementação deste modelo e ao receio a que uma alteração tão significativa implica nos serviços, associado ao atraso na conclusão do novo programa por parte das empresas de software, a entrada em vigor deste Decreto-Lei foi adiada por sucessivas vezes, até que, cerca de 5 anos depois chegou o momento e a obrigatoriedade da transição do POCAL para o SNC-AP.

Assim, no estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2020, com base no novo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



diploma, para que a Assembleia Municipal os aprecie segundo o preceituado no número 2 do artigo 27.º do RJAL.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- *Tribunal de Contas;*
- *Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);*
- *Instituto Nacional de Estatística (INE);*
- *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.*

Considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico, bem como às medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, foi publicado o Decreto-Lei n.º 6-D/2021 de 15 de janeiro que prolonga o prazo estabelecido pela Lei 1-A/2020 de 19 de março, reforçando assim o preceituado no n.º 2 do artigo 132º. Orçamento de Estado para 2021 aprovado pela Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro que determina o seguinte "Na administração Local, a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 pode ser efetuada até 31 de maio de 2021", tendo a DGAL informado de seguida que as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos, previstas para abril, poderem ser realizadas até ao dia 30/06/2021.

O Relatório de Gestão é um instrumento importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do Município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na



prossecação dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:

- A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspectiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;*
- A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;*
- A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;*
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;*



- *Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.*

A análise aos indicadores referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2020, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- *Balanço;*
- *Demonstração dos resultados;*
- *Mapas de execução orçamental:*
 - *da Receita;*
 - *da despesa;*
 - *das Grandes Opções do Plano.*
- *Mapa de fluxos de caixa;*
- *Mapa de operações de tesouraria;*



- *Anexos às demonstrações financeiras;*
- *Caracterização da entidade;*
- *Certificação Legal de Contas.*

Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2020.

II – Organização municipal e recursos humanos

O Município de Mogadouro, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, e nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente da educação, património, cultura, desporto, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, ordenamento do território entre outras, em 31 de dezembro de 2020, contava com 184 colaboradores, distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas.

Comparativamente ao ano de 2019, o saldo entre o número de entradas e saídas de efetivos é negativo em uma unidade, na medida em que se registaram 5 saídas (2 por morte, 2 por aposentação e 1 por mobilidade) e apenas 4 novas entradas.

Do total de 184 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional com 112 efetivos (60,87%), técnico superior com 32 efetivos (17,39%) e assistente técnico com 31 efetivos (16,85%).

Considerando o pessoal dos Gabinetes da Presidência e Vereação (4) registam-se 110 do género masculino e 78 do género feminino, sendo que o escalão etário onde se regista o maior número de trabalhadores é o de 55 aos 59 anos com 41, logo seguido do escalão dos 60 aos 64 anos com 32 efetivos, e dos 50 aos 54 anos com 29 efetivos.



Durante o ano de 2020, o Município de Mogadouro, enquadrou 4 estágios profissionais.

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2020, foram ministradas apenas um total de 58 horas de formação interna e externa. O número reduzido de horas de formação, deve-se essencialmente às medidas de combate à pandemia e consequente proibição de haver formações presenciais.

III- Reporte Financeiro

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.



Cabe neste capítulo, fazer uma análise destes três tipos de contabilidade (orçamental, financeira e de gestão), destacando as diferenças existentes entre os valores relativos a rendimentos e gastos, o que corresponde à contabilidade financeira e das receitas e despesas que corresponde à contabilidade orçamental.

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2020, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

1. Análise orçamental

O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2020, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de



compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas., a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, I.R.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.



Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contábilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial, situação que o SNC-AP, vem a alterar agora.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 2.803.336,39 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2020 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 1.833.933,73 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.

Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.862.152,78€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	14.084.787,80€
Execução Orçamental	3.412.844,38€	Correntes	8.973.150,76€
Operações de Tesouraria	449.308,40€	Capital	5.111.637,04€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	15.057.856,22€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	469.433,66€
Correntes	11.776.487,15€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	4.958.478,46€
Capital	3.277.703,31€	Execução Orçamental	4.385.912,80€
Outras	3.665,76€	Operações de Tesouraria	572.565,66€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	592.690,92€		
TOTAL	19.512.699,92€	TOTAL	19.512.699,92€

Assim, como se constata, no ano 2020, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 19.512.699,92 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2021 (gerência seguinte) no valor total de 4.958.478,46 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 4.385.912,80 euros e operações de tesouraria o valor de 572.565,66 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2020. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2021 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.



A título de Operações de Tesouraria foram recebidos, durante o ano de 2020, o valor de 592.690,892€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 449.308,40€. Saíram para as diversas entidades 469.433,66€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 572.565,66€.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas nove alterações permutativas e uma alteração modificativa ao Orçamento da Receita e 17 alterações permutativas e uma alteração modificativa ao Orçamento da Despesa.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, e o Plano de Atividades Municipais sofreram ao longo do ano, uma alteração modificativa e 12 alterações permutativas.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 19.924.968,00€, dos quais foram cabimentados 19.519.238,16€, comprometidos 19.256.376,09€ e faturados 14.156.017,17€. Destes foram pagos 14.084.787,80€.

1.1. RECEITA

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência



anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente "RNAP", abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo considerada receita orçamental.

A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

No ano de 2020, não considerando o saldo da gerência anterior, a receita cobrada atingiu os 15.057.856,22 euros, verificando-se um aumento de 1.285.038,47 euros face ao ano de 2019.

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

CAPÍTULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
RECEITAS				
Correntes	11.881.769,00 €	11.881.769,00 €	11.776.487,15 €	99,11%
Capital	9.465.099,00 €	4.626.603,86 €	3.277.703,31 €	70,84%
Outras	0,00 €	3.416.595,14 €	3.665,76 €	100,00%
TOTAL	21.346.868,00 €	19.924.968,00 €	15.057.856,22 €	75,57%
DESPESAS				
Correntes	10.756.204,00 €	10.191.704,00 €	8.973.150,76 €	88,04%
Capital	10.590.664,00 €	9.733.264,00 €	5.111.637,04 €	52,52%
TOTAL	21.346.868,00 €	19.924.968,00 €	14.084.787,80 €	70,69%



Decompondo a receita global, temos que 78,21% dizem respeito a receitas correntes, 21,77% se referem a receitas de capital e apenas 0,02% a outras receitas. Nas primeiras, assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se os impostos diretos e a venda de bens e serviços correntes, três rubricas que por si só representam cerca de 72,76% das receitas totais cobradas.

No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 99,11%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 70,84%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 88,04% na corrente e 52,52% na de Capital.

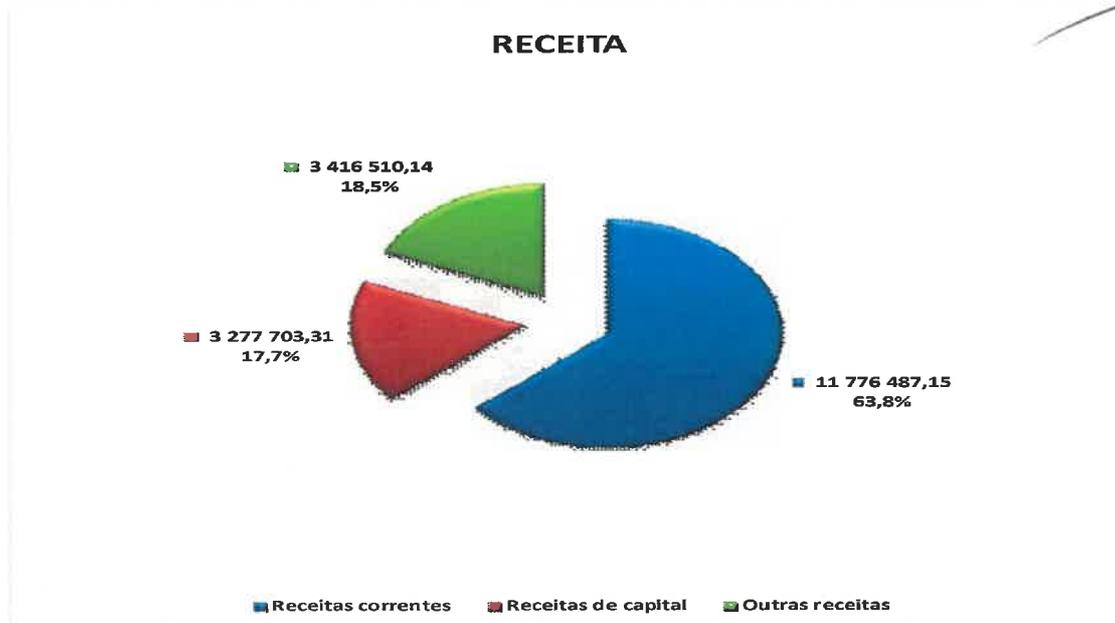
A taxa global de execução da receita com 92,7%, correspondente ao valor de 18.470.700,16 euros, é alcançada pela inclusão do saldo da gerência anterior no valor de 3.412.844,38 euros através de uma revisão orçamental, sendo assim cumprido o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita prevista no orçamento, conforme definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (LFL).

O Orçamento para 2020 apresentava um valor de 21.346.868,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado para 19.924.968,00 euros, resultando da sua desagregação, os valores de 11.881.769,00€ nas receitas correntes e que não sofreram qualquer alteração, 4.626.603,86€ nas receitas de capital que tiveram uma variação considerável, e 3.416.595,14€ nas outras receitas, resultante de alteração modificativa ao orçamento pela inclusão do saldo da gerência anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

1.1.1. - Execução Orçamental da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

Receitas - 2019

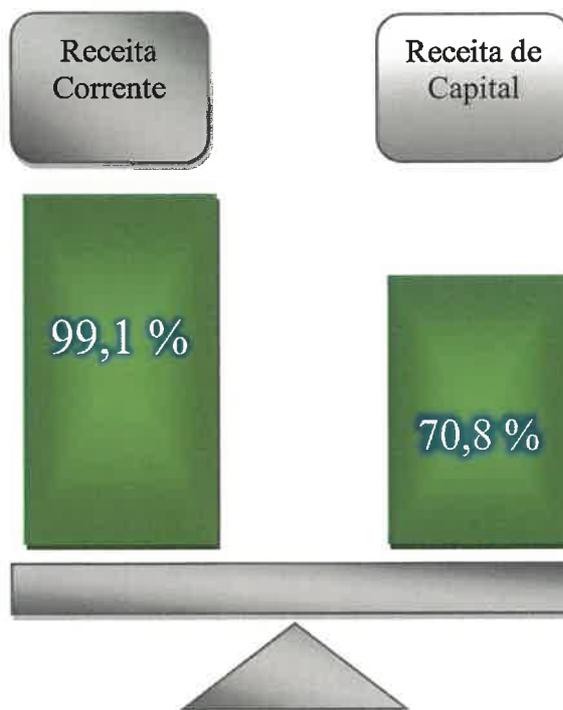
Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	12.335.557,00 €	12.335.557,00 €	11.586.978,45 €	93,90%
Capital	6.250.626,00 €	2.004.691,98 €	2.189.253,90 €	109,20%
Outras	0,00 €	2.958.234,02 €	2.958.324,02 €	100,00%
TOTAL	18.586.183,00 €	17.298.483,00 €	16.734.556,37 €	96,70%

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento considerável da receita corrente no valor de 189.508,70€, e um forte incremento de 1.088.449,41€ na receita de capital.

A taxa de execução global da receita, mesmo com o valor do saldo da gerência anterior é de 92,70%, significando que mesmo com um valor total muito superior, regista menos 4,04% que no ano de 2019.

Nas duas vertentes os valores são muito superiores, mas apenas a taxa de execução da receita corrente é superior à do ano transato, conforme retratado no esquema seguinte.

Taxas de Execução da Receita - 2020



1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

RECEITAS CORRENTES

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 11.776.487,15€ e em regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2019, houve uma variação positiva de 1,63%, equivalente a 189.508,70 euros, no total das receitas correntes cobradas, explicado pelo maior valor arrecadado nas rubricas de impostos diretos e principalmente nas transferências correntes, tendo todas as outras rúbricas sofrido diminuições.



Também de realçar que a quebra acentuada registada nos grupos das taxas e das vendas de bens e serviços correntes, se deve às medidas de apoio à população tomadas pelo Executivo, como a isenção do pagamento de vários serviços por determinados períodos como o fornecimento de água e as rendas entre outras.

Descrição	2020				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Receitas correntes					
IMPOSTOS DIRETOS	980.029,00 €	979.803,19 €	8,32	6,51	100,00
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	680.417,00 €	680.416,56 €	5,78	4,52	100,00
Imposto Único de Circulação	173.918,00 €	173.917,52 €	1,48	1,15	100,00
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	125.164,00 €	125.163,73 €	1,06	0,83	100,00
Impostos Abolidos e outros	520,00 €	405,38 €	-	0,01	77,96
IMPOSTOS INDIRECTOS	8,00 €	0,00 €	-	-	-
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	143.162,00 €	130.734,70 €	1,11	0,87	91,32
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	600.241,00 €	596.151,41 €	5,06	3,96	99,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.348.663,00 €	9.301.559,77 €	78,99	61,77	99,50
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.373.647,00 €	8.373.647,00 €	71,11	55,61	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,51	1,18	100,00
Participação Fixa no IRS	129.728,00 €	129.728,00 €	1,10	0,86	100,00
Participação no IVA	81.545,23 €	81.545,23 €	0,69	0,54	100,00
Outras	585.946,77 €	538.843,54 €	4,58	3,58	91,96
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	698.983,00 €	676.349,74 €	5,74	4,49	96,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.683,00 €	91.788,34 €	0,78	0,61	82,93
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.881.769,00 €	11.776.487,15 €	100,00	78,21	99,11

De referir que pela primeira vez são suprimidos os impostos indirectos, cujos valores passaram por força da lei, para o grupo das taxas, multas e outras penalidades.

A receita corrente cobrada face à receita corrente corrigida teve uma execução de 99,11%, com maior enfoque para as Transferências Correntes cujo montante de receita cobrada atingiu os 9.301.559,77 euros, com uma taxa de execução de 99,5%. Comparando com o período homólogo, estas receitas



registaram uma variação positiva de 6,6%, o que representa em valores absolutos um incremento no montante de 575.585,17 euros.

Neste grupo distinguem-se com larga vantagem, as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 8.373.647,00 euros.

Mais uma vez, de acordo com o quadro anterior, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 78,99% do total das Receitas Correntes e 61,77% do total geral, muito longe de todos os outros conjuntos de receita.

Em termos relativos, a redução das receitas próprias em 2020 resulta essencialmente da diminuição da cobrança de receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade e da venda de bens e serviços, cuja redução atingiu 8,7%, 4,4% e 31,7% respetivamente, quando comparados com os registados em 2019. No entanto, em termos absolutos, o crescimento deve-se essencialmente ao valor cobrado de impostos diretos e às transferências correntes onde se verificou um aumento de 1,6% nas primeiras e 6.6% nas segundas como atrás referido.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.

IMPOSTOS DIRETOS

Da análise da evolução da receita própria, proveniente de Impostos Diretos cobrados, verificamos que representam 8,32% do total das receitas correntes, e



6,51% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 100%, o que equivale a um acréscimo de 1,6% no decurso do exercício de 2020 face a 2019, equivalente a 15.386,02 euros, conforme detalhe que se segue.

Descrição	2020	2019	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	979.903,19	964.517,17	15.386,02	1,60
- Imposto Municipal s/ Imóveis	680.416,56	658.763,62	21.652,94	3,29
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	173.917,52	125.680,09	48.237,43	38,38
- Imposto Único de Circulação	125.163,73	180.071,46	-54.907,73	30,49

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

As receitas arrecadadas com o IMI apresentam uma variação crescente de 3,29 % quando comparada com o ano de 2019 ou seja, 21.652,94 euros em termos nominais.

Salienta-se que para o ano 2020, os Órgãos Municipais continuaram a optar por manter a taxa de IMI sobre os prédios urbanos em 0,3%, ou seja o limite inferior permitido, o que equivale a dizer que estamos a 0,15% do limite superior.

IMT - Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis

O IMT apresenta também uma variação positiva de 38,38 % para o mesmo período, o que significa, em termos nominais, um acréscimo de 48.237,43 euros.

IUC - Imposto Único de circulação

O IUC que incide sobre os veículos, é a única que apresenta uma variação negativa de 30,49%, o que corresponde a menos 54.907,73 euros, quando comparado com o seu desempenho de 2019.

Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que



preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Como atrás foi referido, o capítulo dos impostos indiretos foi absorvido pelo das taxas multas e outras penalidades, que mesmo assim, regista uma redução considerável de 31,8%, representando 60.948,83 euros.

Este conjunto com o total de 130.734,70 euros, engloba a cobrança de várias taxas. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução, no entanto este ano foi de exceção como referido anteriormente pela isenção de pagamento de parte delas.

Com maior destaque, cabe aqui a rubrica do saneamento, com o valor nominal de 70.567,16 euros que registou um decréscimo superior a dez mil euros e representa 53,98% do total, às taxas de loteamento e obras o valor de 13.791,73 euros, aos mercados e feiras o valor de 13.953,00 euros, cabendo à cobrança de outras taxas diversas, o valor de 24.907,85 euros, o valor restante deste grupo.

A taxa de execução foi de 91,3% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo, regista também um decréscimo de 3,35% e 22.555,11 euros, face a 2019, apresentando no final de 2020 um total de 596.151,41 euros.

Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da EDP pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



Neste grupo, além do valor das rendas, regista-se a receita proveniente da participação do Laboratório Regional de Trás os Montes com 3.409,09 euros. Este capítulo regista uma taxa de execução de 99,3%, contribuindo assim com 5,06%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

Descrição	2020	2019	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Indiretos	130.734,70	48.557,10	-60.948,83	-31,80
Taxas, Multas e O. Penalidades		143.126,43		
Rendimentos de Propriedade	596.151,41	618.706,52	-22.555,11	-3,35

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2020.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM, IRS e pela primeira a participação no IVA). Verifica-se um acréscimo no FEF - Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 471.256,00 euros, correspondente a 5,96%. Quanto ao valor do Fundo Social Municipal, verificamos que não houve qualquer alteração de valor, enquanto ao nível da participação fixa no IRS, aumentou face ao ano 2019 a percentagem de 4,25% o equivalente a 5.295,00 euros.

As transferências correntes em 2020 com um total de 9.301.559,77 euros, tiveram um aumento global de 6,6% em relação ao ano transato, o equivalente a 575.585,17 euros.



<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>	<i>Var. €</i>	<i>Var. %</i>
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	9.301.559,77	8.725.974,60	575.585,17	6,60
Empresas Públicas	261.602,08	255.880,21	5.721,87	2,24
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.373.647,00	7.902.391,00	471.256,00	5,97
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00	177.796,00	0	0
Participação Fixa no IRS	129.728,00	124.433,00	5.295,00	4,26
Participação no IVA	81.545,23	0,00	81.545,23	100,00
Outros	148.588,85	142.647,95	5.940,90	4,16
Serviços e Fundos Autónomos	116.803,09	107.456,36	9.346,73	8,70
Segurança Social	11.849,52	15.370,08	-3.520,56	-22,91

Com exceção da rubrica *Segurança Social*, todas as outras registaram variações positivas, sendo que em termos reais, o *Fundo de Equilíbrio Financeiro* foi o que registou o maior acréscimo, seguido da *Participação no IVA*, que pela primeira vez passou a constituir parte da receita municipal.

Na rubrica "*Serviços e Fundos Autónomos*", são contabilizadas apenas as receitas provenientes do *Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)* resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade.

A rubrica "*Outros*" regista um ligeiro aumento em relação a 2019, e contempla as receitas provenientes da *Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (84.436,10€)* inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1º ciclo e pré-escolar, do *Ministério da Administração Interna (10.947,12€)* para eleições e recenseamento eleitoral, do *Instituto para a Conservação e Natureza (13.937,14€)* para o *Gabinete do Fundo Florestal*, do *Fundo Ambiental (5.000,00€)* para o programa de apoio à elaboração de estudos municipais para o desenvolvimento de



sistemas de recolha de bio resíduos e ainda 34.268,49€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, relativo ao financiamento do projeto designado por Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.

O valor registado na "Empresas Públicas", diz respeito a transferências provenientes da EDP, pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (261.602,08€), e o da rubrica "Sistema de solidariedade e Segurança Social", do Instituto da Segurança Social, I.P. com 11.849,52€ para funcionamento do CPCJ, o primeiro com aumento de 5.721,87€, e o segundo com valor inferior de 3.520,56 euros comparativamente ao registado no último ano.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados, o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.

Descrição	2020	2019	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	676.349,74	989.753,33	-313.403,59	-31,67
Mercadorias	169,20	6.174,35	-6.005,15	-97,26
Produtos acabados intermédios-Água	219.552,35	269.709,97	-50.157,62	-18,60
Serviços sociais, recreativos e culturais	14.500,28	69.006,77	-54.506,49	-78,99
Serviços específicos das autarquias	398.988,72	589.611,95	-190.623,23	-32,33
Rendas	42.071,59	54.629,33	-12.557,74	-22,99
Outros	1.067,60	620,96	446,64	71,93



Estas receitas, tiveram no seu conjunto um decréscimo de 31,67%, face ao ano de 2019, correspondente ao valor de 313.403,59 euros, totalizando 676.349,74 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 96,8%.

Como se pode verificar pelo mapa supra, todas as rubricas tiveram uma redução considerável, resultante das isenções de pagamento de taxas municipais deliberadas pela Câmara Municipal, designadamente das rendas dos edifícios municipais e da água, saneamento e resíduos pelo de período de 4 meses.

Também o conjunto dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, sofreu uma queda significativa de receitas, resultante de uma menor utilização dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes pagantes, provocada pelas medidas impostas pelo Governo no combate à pandemia que obrigou ao encerramento da maioria das instalações municipais como ginásios, piscinas e cinemas entre outras.

As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rúbricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação à primeira, ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação à segunda, mas principalmente pelo encerramento das escolas a que estiveram obrigadas, ainda no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 91.788,34€, sendo que mais de 50%, diz respeito ao Iva reembolsado (46.517,501€) e o restante, a receitas diversas no montante 45.270,83€, associadas ao rateio feito pelo Tribunal no valor de 11.813,93 euros, provenientes



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

da massa falida de Transnorte, Lda., à participação no upgrade da ETAR municipal e descarga do efluente pré tratado no coletor municipal, pago pela Sogrape Vinhos, S.A. no valor de 25.000,00 euros e também a indemnizações pagas por companhias de seguros.

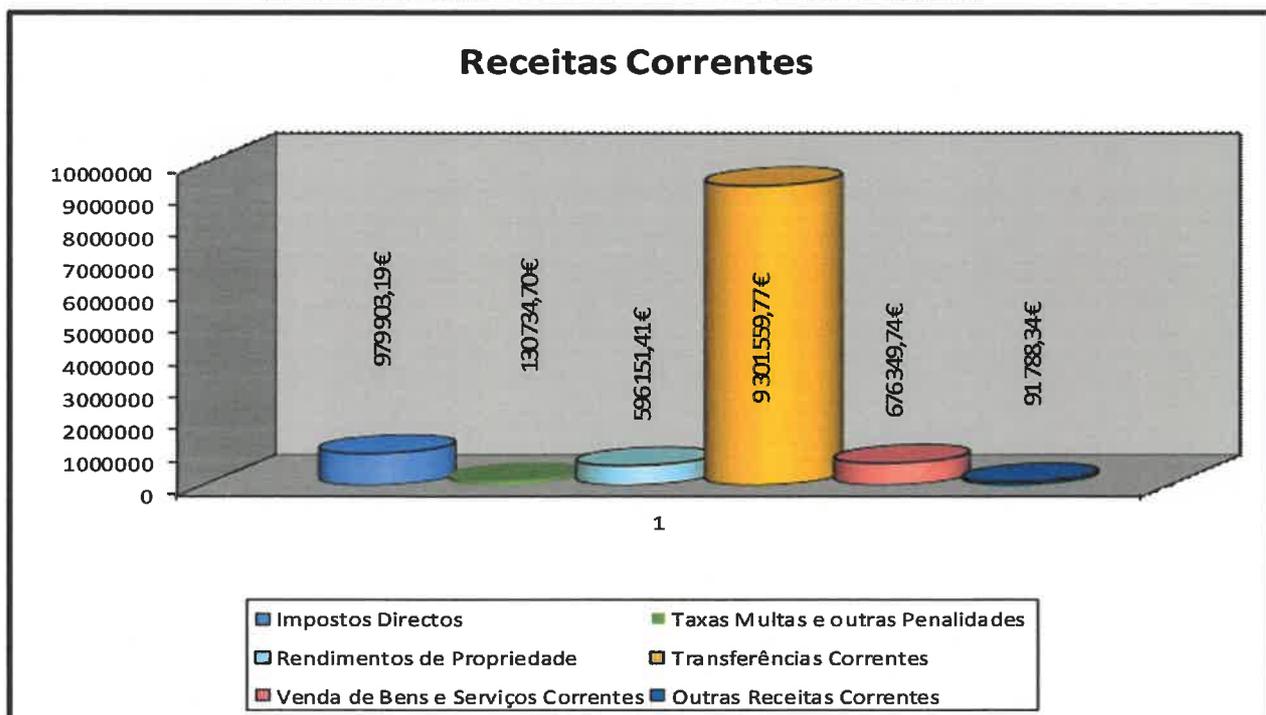
Este agregado teve uma execução de 82,9% face aos valores previstos e uma variação negativa de 4,73% comparativamente ao ano anterior.

RECEITA TOTAL

Descrição	2018		2019		2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.557.237,52	88,47	11.586.978,45	84,11	11.776.487,15	78,23
Receita Capital	1.505.491,50	11,53	2.189.253,90	15,89	3.277.703,31	21,77
Total de Receitas	13.062.729,02	100	13.776.232,35	100	15.054.190,46	100

Não considerando o saldo do ano anterior, verificamos que o valor total vem crescendo gradualmente, registando este ano um acréscimo considerável de 1.277.958,11 euros o que corresponde a 9,28%.

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



**RECEITAS DE CAPITAL**

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 70,8% face à receita de capital corrigida.

A participação comunitária em projetos financiados, destaca-se neste grupo, atingindo 1.452.199,50 euros e uma taxa de execução de 71,8%.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2020				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<i>Venda de bens de investimento</i>	92.390,00 €	12.171,81 €	0,37	0,08	13,17
<i>Transferências de capital</i>	4.532.663,86€	3.265.531,50 €	99,63	21,69	72,04
<i>Ativos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Outras receitas de capital</i>	1.550,00 €	0,00 €	0,00	0,	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.626.603,86 €	3.277.703,31€	100,00	21,77	70,84%

As receitas de capital cobradas, tiveram um forte crescimento de 49,72% em relação ao ano de 2019, justificado essencialmente pelo contributo dos fundos



comunitários, na medida em que a venda de bens de investimento além de registar decréscimo, teve uma taxa de execução reduzida.

Venda de Bens de Investimento

Esta rubrica registou o valor de 12.171,81 euros, correspondentes à venda de 1 lote de terreno da Zona Industrial e dois alinhamentos.

Transferências de Capital

Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado - FEF Capital que foi de 930.405,00 euros, e a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 882.927,00 euros, o correspondente a participações dos projetos através de fundos comunitários no valor 1.452.199,50 euros que a seguir se indicam:

- ✓ Rede de Castros - Castelo de Vilarinho dos Galegos - 9.040,53 euros;
- ✓ Reabilitação de habitações sociais do antigo bairro do FFH e eficiência energética - 606.932,47 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós - 102.443,66 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro - 510.956,00 euros;
- ✓ Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones - 4.095,10 euros;
- ✓ Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal - 4.766,25 euros;
- ✓ Reabilitação energética e funcional da Piscina Coberta- 43.795,35 euros;
- ✓ Construção de passadeiras, com características de acalmia de tráfego em Mogadouro - 170.170,14 euros.

Os Fundos Comunitários, recebidos em 2020, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 7,86% da receita total.

Outras Receitas de Capital

Este agrupamento de receitas não regista qualquer movimento.

Também as restantes rubricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.



Da análise ao gráfico anterior, verificamos que a receita a título de **Fundos Estruturais** teve várias oscilações durante esse período, sendo que este ano o valor é muito superior ao do ano de 2019, e tendo em conta o número de candidaturas aprovadas e ou submetidas para aprovação, a tendência é de continuidade de crescimento.

1.2. DESPESA

A **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.



Neste relatório procuraremos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.

Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e uma outra para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.



No final de 2020, o total da despesa paga ascendeu a 14.084.787,80 euros, representando 70,69% do total orçamentado (19.924.968,00 euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 5,7%, traduzida no valor de 763.075,81 euros.

O atraso verificado na concretização de alguns projetos por razões várias, com a pandemia à cabeça e não pela capacidade financeira, como mais adiante se comprova pelo saldo transitado para o ano de 2021, impediram um melhor desempenho em termos globais.

Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano de 2020.

DESPESAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2020	Correntes	10.756.204,00	10.191.704,00	8.973.150,76	88,04%
	Capital	10.590.664,00	9.030.603,00	5.111.637,04	52,52%
	Total	21.346.868,00	19.924.968,00	14.084.787,80	70,69%
2019	Correntes	10.526.135,00	10.526.135,00	9.929.919,61	94,33%
	Capital	8.060.048,00	6.772.348,00	3.391.792,38	50,08%
	Total	18.586.183,00	17.298.483,00	13.321.711,99	77,01%

Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado,

as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 8.973.150,76 euros atingindo uma taxa de execução de 88,04%, enquanto as despesas de capital se ficaram pelos 5.111.637,04 euros e uma taxa de execução de 52,52%.

Comparando estes valores com os do ano de 2019, verifica-se que a variação é negativa na vertente corrente e positiva na vertente capital. Enquanto a primeira regista uma diminuição de 956.768,85 euros, relacionada com o cancelamento de várias iniciativas a levar a cabo durante o ano como mais adiante se relatará, a segunda regista um aumento de 1.719.844,66 euros.



As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 63,7% em vez dos 74,5% de 2019, representando as despesas de capital um peso de 36,3%, contra os 25,5% do ano anterior.

Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.

Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado,



ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2020, atingiram 4.958.478,46 euros, desagregados em execução orçamental 4.385.912,80 euros e operações de tesouraria 572.565,66 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 18.470.700,60 euros e uma percentagem de execução de 92,70%.

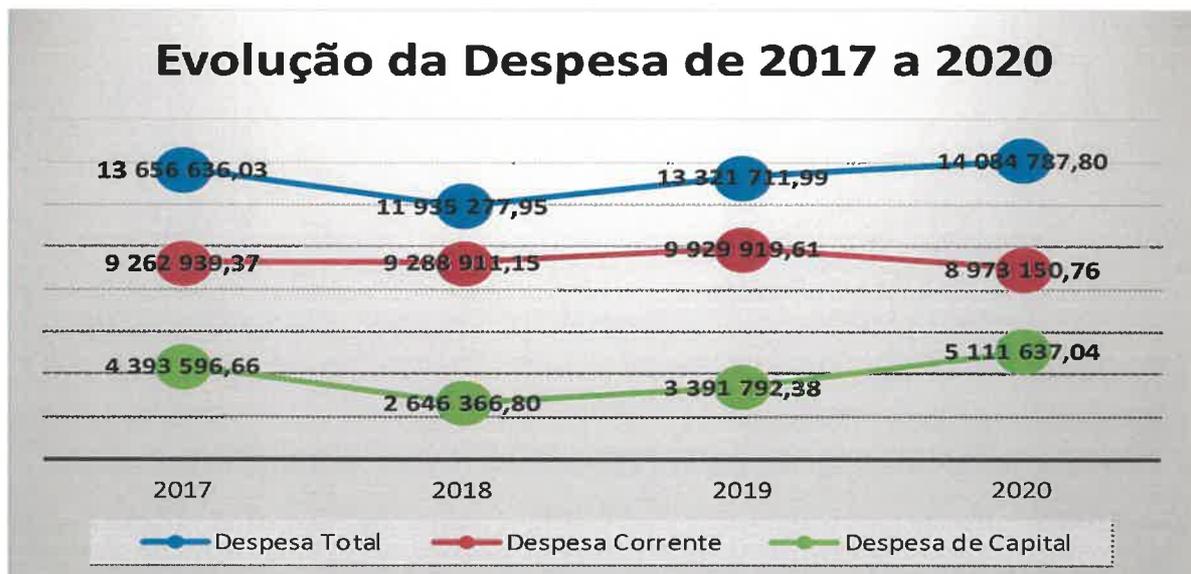
Descrição	2020				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESPESAS COM PESSOAL	3.608.730,00	3.537.604,84	39,42%	25,12%	98,03%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	4.707.045,00	3.859.286,68	43,01%	27,40%	81,99%
Aquisição de Bens	1.048.750,00	767.207,58	8,55%	5,45%	73,15%
Aquisição de Serviços	3.658.295,00	3.092.079,10	34,46%	21,95%	84,52%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.181,00	1.498,16	0,02%	0,01%	68,69%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	1.803.478,00	1.509.481,38	16,82%	10,72%	83,70%
SUBSÍDIOS	20,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	70.250,00	65.279,70	0,73%	0,46%	92,92%
TOTAL DESP. CORRENTES	10.191.704,00	8.973.150,76	100,00%	63,71%	88,04%

O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi inferior ao valor apresentado em 2019 num total de 956.768,85€ correspondente a um decréscimo de 9,64%, e uma taxa de execução de 88,04% e traduzido em 63,7% da despesa total.



Descrição	2020	2019	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESPESAS COM PESSOAL	3.537.604,84	3.601.952,89	-64.348,05	-1,79
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	3.859.286,68	4.977.387,72	-1.118.101,04	-22,46
Aquisição de Bens	767.207,58	1.052.499,62	-285.292,04	-27,11
Aquisição de Serviços	3.092.079,10	3.924.888,10	-832.809,00	-21,22
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.498,16	1.821,09	-322,93	-17,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.509.481,38	1.289.724,11	219.757,27	17,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.279,70	59.033,80	6.245,90	10,58
TOTAL DESPESA CORRENTE	8.973.150,76	9.929.919,61	-956.768,85	-9,64

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:



Da análise do gráfico supra, verifica-se que a despesa após uma quebra registada em 2018, tem vindo a aumentar de forma progressiva, atingindo em 2020 o montante mais elevado dos últimos quatro anos.

1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2020, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.



Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

<i>Estrutura</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>
<i>DESPESAS CORRENTES</i>	67,8%	77,8%	74,5%	63,7%
<i>Despesas com pessoal</i>	19,1%	22,7%	27%	25,1%
<i>Aquisição de bens e Serviços</i>	37,6%	43%	37,4%	27,4%
<i>Juros e outros encargos</i>	0%	0%	0%	0%
<i>Transferências Correntes</i>	9,1%	111%	9,7%	10,7%
<i>Subsídios</i>	0%	0%	0%	0%
<i>Outras despesas correntes</i>	2%	1,1%	0,4%	0,5%
<i>DESPESAS DE CAPITAL</i>	32,2%	22,2%	25,5%	36,3%
<i>Aquisição de bens de capital</i>	23%	13,3%	18,4%	32,4%
<i>Transferências de capital</i>	3,3%	2,4%	2%	1%
<i>Ativos financeiros</i>	0,7%	0,6%	0,4%	0,1%
<i>Passivos financeiros</i>	5,2%	5,8%	4,7%	2,8%
<i>Outras despesas de capital</i>	0%	0%	0%	0%
<i>TOTAL DA DESPESA</i>	100%	100%	100%	100%

DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.



Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um ligeiro decréscimo de 1,79%, que correspondem ao valor de 64.348,04 euros, resultante da redução de um colaborador e também da redução considerável dos abonos variáveis resultante do confinamento que vivemos durante o ano, contribuindo assim para o cancelamento de algumas reuniões e sessões dos órgãos municipais, de menos deslocações e trabalho extraordinário.

Descrição	2020	2019	Variação	Variação
<i>Despesas Correntes</i>	<i>DESPESA PAGA</i>	<i>DESPESA PAGA</i>	€	%
<i>Despesas com Pessoal</i>	3.537.604,84 €	3.601.952,88 €	-64.348,04 €	-1,79
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>	2.651.733,06 €	2.723.344,14 €	-71.611,08 €	-2,63
<i>Abonos Variáveis ou Eventuais</i>	65.955,92 €	104.600,00 €	-38.644,08 €	-36,95
<i>Segurança Social</i>	819.915,86 €	774.008,75 €	45.907,11 €	5,93

As "remunerações certas e permanentes" são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação negativa de 71.611,08€ relativamente a 2019.

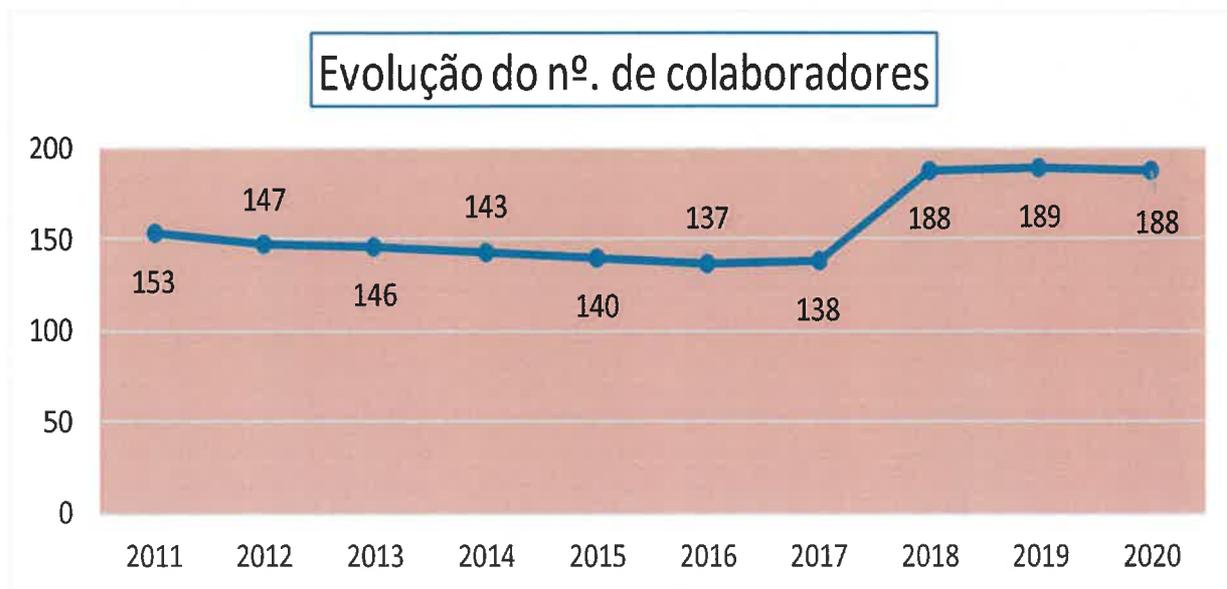
Os "abonos variáveis ou eventuais" registaram também um decréscimo de 38.644,08 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Embora relacionada com os agregados anteriores, a rubrica da Segurança Social é a única que regista um aumento na despesa no valor de 45.907,11 euros face a 2019, sendo os seguros de acidentes de trabalho e os subsídios familiares que mais contribuíram para este aumento. Neste agregado são contabilizadas as despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que são as autarquias que suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários



e agregados familiares, funcionando a ADSE apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde e outros prestadores de cuidados de saúde.

Durante o ano 2020, e tendo em conta os dados fornecidos à DGAL, o número de efetivos ao serviço, inverteu em relação a 2019, pois reduziu de 189 para 188, incluindo os eleitos locais e membros do GAP. Em 2011 o número de colaboradores era de 153. A tendência era a redução constante pela passagem à aposentação de alguns colaboradores, tendência alterada em 2018 e que estabilizou nos últimos 2 anos.



No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da "Aquisição de bens e serviços", que representaram cerca de 43% deste tipo de despesa e 27,4 da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população em geral.



Prestação de contas 2020

Descrição	2020	2019	Variação	Variação
<i>Despesas Correntes</i>	<i>Despesa Paga</i>	<i>Despesa Paga</i>	€	%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.859.286,68€	4.977.387,72€	-1.118.101,04	-22,46
Aquisição de Bens	767.207,58€	1.052.499,62€	-285.292,04	-27,11
Combustíveis e Lubrificantes	207.176,61€	340.342,13€	-133.165,52	-39,13
Limpeza e Higiene	26.471,27€	25.461,87€	1.009,40	3,96
Alimentação- refeições confeccionadas	11.056,33€	22.534,30€	-11.477,97	-50,94
Alimentação - Géneros p/ confeccionar	30.460,92€	62.270,44€	-31.809,52	-51,08
Vestuário e artigos pessoais	18.298,86€	16.007,14€	2.291,72	14,32
Material de escritório	22.613,98€	31.491,21€	-8.877,23	-28,19
Produtos Químicos e farmacêuticos	39.184,48€	42.946,90€	-3.762,42	-8,76
Material de consumo clínico	3.206,26€	0,0€	3.206,00	100
Material de Transporte - Peças	28.379,77€	44.610,84€	-16.231,07	-36,38
Material de consumo hoteleiro	908,89€	1.363,77€	-454,88	-33,36
Outro material - Peças	9.192,91€	18.882,92€	-9.690,01	-51,32
Prémios condecorações e ofertas	29.809,41€	62.177,40€	-32.367,99	-52,06
Mercadorias para venda - Água	14.303,38€	17.916,50€	-3.613,12	-20,17
Ferramentas e utensílios	13.039,27€	8.834,73€	4.204,54	47,59
Material educação, cultura e recreio	12.248,39€	16.901,36€	-4.652,97	-27,53
Outros	300.856,85€	340.758,11€	-39.901,26	-11,71
Aquisição de Serviços	3.092.079,10€	3.924.888,10€	-832.809,27	-21,22
Encargos de Instalações	539.948,01€	556.074,42€	-16.126,41	-2,92
Limpeza e higiene	702.300,78€	611.838,93€	90.461,85	14,79
Conservação de bens	210.955,22€	200.776,08€	10.179,14	5,07
Locação de Edifícios	29.375,00€	30.000,00€	-625,00	-2,08
Locação de outros bens	85.383,26€	130.349,33€	-44.966,07	-34,50
Comunicações	109.871,48€	107.049,67€	2.821,81	2,63
Transportes	272.551,22€	640.697,67€	-368.146,45	-57,46
Representação de serviços	2.038,82€	5.001,29€	-2.962,47	-59,24
Seguros	45.643,72€	49.349,92€	-3.706,20	-7,51
Estudos, pareceres e consultadoria	181.272,27€	157.931,51€	23.340,76	14,78
Publicidade	49.328,99€	87.346,11€	-38.017,12	-43,53
Vigilância e segurança	121.044,24€	172.390,18€	-51.345,94	-29,79
Assistência técnica	40.313,10€	49.388,24€	-9.075,14	-18,38
Outros trabalhos especializados	167.083,09€	214.006,74€	-46.923,65	-21,93
Encargos de cobrança de receitas	34.637,50€	36.224,67€	-1.587,17	-4,38
Outros Serviços	500.332,40€	876.463,34€	-376.130,94	-42,92



O quadro anterior, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2020, cujo valor global atingiu os 3.859.286,68 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa diminuiu 1.118.101,04 euros, em termos absolutos e 22,46% em termos relativos.

Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 767.207,58 euros, sofreram uma quebra significativa de 285.292,04 euros, o que corresponde a 27,11%, em relação a 2019, merecendo especial destaque os valores despendidos com "Outros Bens" com 300.856,85 euros, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 207.176,61 euros, e os "Produtos químicos e farmacêuticos" com um total de 39.184,48 euros.

Na rubrica "Outros Bens", está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 71,32% dos valores pagos em 2020, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os 30.460,92 euros gastos na rubrica "Alimentação - Géneros para confeccionar" e os 29.809,41 euros com "prémios, condecorações e ofertas".

Como se pode analisar através do quadro em análise, não foi só a receita a ser influenciada pela crise instalada na sociedade com a pandemia, pois a maioria das rubricas orçamentais estão com valor negativo, porque com o encerramento prolongado das escolas e das instalações municipais reduziu o consumo na alimentação, nos transportes escolares, nos combustíveis entre outros, com o

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



cancelamento dos eventos, reduziram os gastos com publicidade, com o aluguer de equipamentos, com a vigilância e com os prémios.

Mantiveram-se ou aumentaram apenas as despesas permanentes, como a limpeza e higiene e a conservação de bens e também os estudos e pareceres.

Relativamente à rubrica "Aquisição de Serviços", evidencia despesas totais de 3.092.079,10 euros registando um decréscimo de 21,22% em relação a 2019, o que corresponde a 832.809,27 euros.

Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca é a de "Limpeza e Higiene" com um total de 702.300,78 euros, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo que regista aumentos ano após ano.

Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de "Encargos de instalações", também ela significativa e que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 539.948,01 euros, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações, à EDP.

Surge logo de seguida a rubrica "Outros Serviços" com um total de 500.332,40 euros, inferior a 2019 em 376.130,94 euros, o que significa mostrar uma quebra significativa de 42,92%. Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rúbrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 293.060,56€, a prestação de serviços com pessoal no Posto de Turismo, Centro Interpretativo e casa das Associações com 46.740,00€, com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 24.181,80€, a abertura de ramais de água e saneamento no valor de 43.712,89 euros, o serviço de leitura de contadores no valor de 35.800,09 euros, entre outros de menor valor como os custos energéticos com as festividades no valor de 4.491,53 euros e o pagamento pela



presença nas mesas de voto, no valor de 8.697,36 euros ou ainda os prémios dos concursos de presépios e desfile de carnaval no valor de 2.355,00 euros.

A despesa com "Transportes", também ela significativa, embora muito inferior ao ano de 2019, pelo fecho das escolas por períodos longos e principalmente pelo facto da compensação, ser agora transferida para a CIM-TT, no valor de 272.551,22 euros, e representa 8,81% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

A "Conservação de bens" com 210.955,22€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis e a "Vigilância e Segurança" no valor de 121.044,24€ e destinado à segurança dos edifícios municipais, merecem também algum destaque pelo montante envolvido.

Ainda segundo a linha de grandeza, seguem-se os "estudos, pareceres e consultadoria" com um total de 181.272,27 euros e que englobam essencialmente os custos com o apoio jurídico no valor de 133.033,97 euros e ainda a elaboração de vários estudos e projetos.

A rubrica "outros trabalhos especializados" que totaliza 167.083,09 euros, regista como despesas mais significativas, o pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAS e ETAR's ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (27.331,04€) e Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade (30.258,00€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (8.394,75€), os serviços do aeródromo no valor de 23.740,00€ e ainda a licença da Microsoft no valor de 24.248,66 euros e os serviços de desinfeção no valor de 11.623,50 euros.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

O custo com as "Comunicações" no valor de 109.871,48€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet, tem também alguma importância neste bolo, que regista aumento em relação ao ano de 2019.

Há ainda outras rubricas com valores menos significativos, como as despesas com "Seguros" relativos a equipamentos municipais no valor de 45.643,72€, os "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 34.637,50 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2020, com o exercício de 2019, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento expresso a seguir, por rubricas económicas desagregadas, onde a maioria delas registam reduções significativas:



Limpeza e higiene - 3,96%
Vestuário e artigos pessoais - 14,32%
Ferramentas e utensílios - 47,59%
Material de consumo clínico - 100%



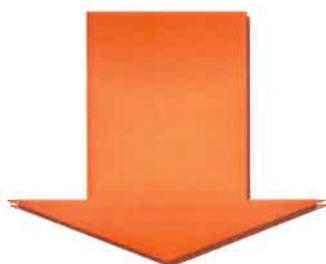
Combustíveis e lubrificantes - 39,13%
Prémios, condecorações e ofertas - 52,06%
Alimentação - Géneros p/ confeccionar - 51,08%
Material de transporte - peças - 36,38%
Outros - 11,71%

No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2019, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na

percentagem e principalmente nos valores, sendo que também aqui, a maioria das rubricas, seguiu a tendência da descida:



Estudos, Pareceres e consultadoria - 14,78%
Limpeza e higiene - 14,79%
Conservação de bens - 5,07%
Comunicações - 2,63%



Locação de outros bens - 34,5%
Transportes - 57,46%
Representação de Serviços - 59,24%
Publicidade - 43,53%
Encargos de cobrança de receitas - 4,38%

Quadro dos últimos 4 anos:

Descrição	2017	2018	2019	2020
Aquisição de Bens	975.543,19	983.421,72	1.052.499,62	767.207,58
Aquisição de Serviços	4.153.764,85	4.148.404,37	3.924.888,10	3.092.079,10
Total	5.129.308,04	5.131.826,09	4.977.387,72	3.859.286,68

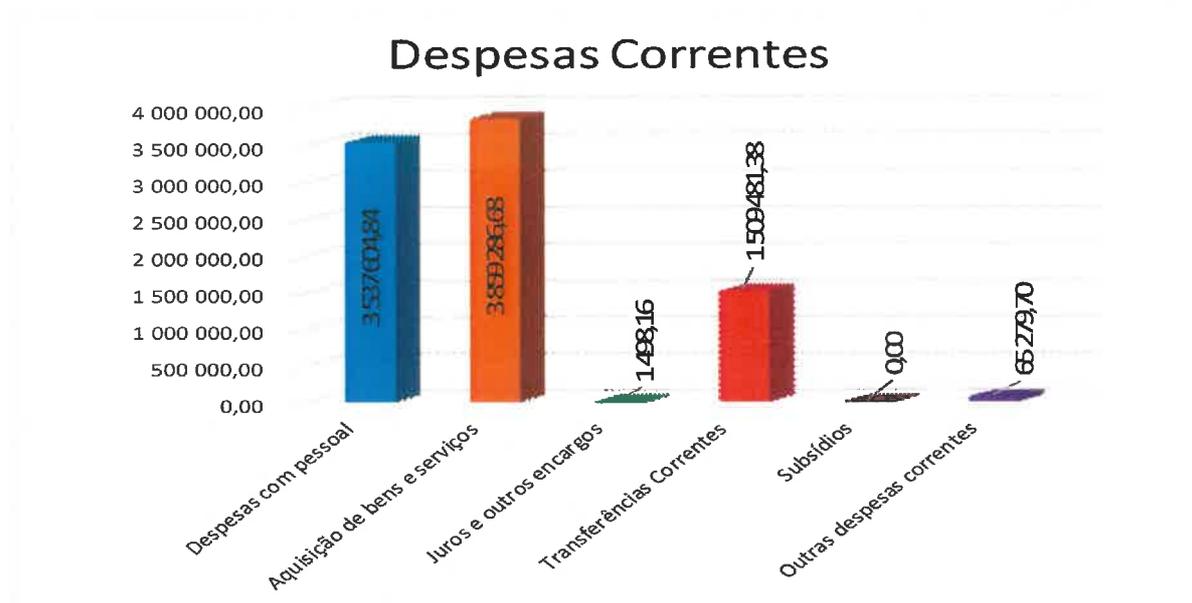
JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação negativa 322,93 euros, o que corresponde a 17,73%.

A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 19,88 euros, os encargos com garantias bancárias (1.428,48€ e ainda 49,80€ de outros encargos á banca.

No seu conjunto foram pagos apenas 1.498,16 euros representando um decréscimo considerável ao ano de 2019, resultante essencialmente da redução da dívida de médio e longo prazo.

As Despesas Correntes, no valor global de 9.929.919,61€, representam 74,54% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rubricas agregadas no gráfico que se segue.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2020	2019	Variação €	Variação %
	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.509.481,38	1.289.724,11	219.757,27	17,04
Administração Central Estado	7.500,00	7.500,00	0	0
Administração Local	815.608,92	592.922,02	222.686,90	37,56
Municípios	26.413,72	27.035,14	-621,42	-2,30
Freguesias	410.913,62	414.019,03	-3.105,41	-0,75
Associação de Municípios	378.281,58	166.946,95	211.334,63	126,59
Segurança Social	62.576,10	16.742,80	45.833,30	273,75
Instituições Sem Fins Lucrativos	243.376,71	392.598,62	-149.221,91	-38,01
Famílias	380.419,65	264.881,57	115.538,08	43,62



As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2020, totalizaram 1.509.481,38 euros, valor superior ao do ano anterior em 17,04%, o que corresponde ao valor de 219.757,27 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades, bem como transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento de Escolas de Mogadouro) e famílias, que integra os Programas Ocupacionais.

Esta rubrica corresponde a 16,82 % da despesa corrente paga, e a 10,72 % da despesa total, e teve uma execução de 83,70 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento considerável na maioria das rúbricas e principalmente no global, apesar de uma diminuição nas transferências para as instituições sem fins lucrativos, pela não realização de atividades, derivado ao COVID 19.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 410.913,62 euros, valor idêntico ao de 2019 e que corresponde à maior fatia deste agregado.

A segunda maior fatia foi entregue às Associações de Municípios no montante global de 378.281,58€, que regista um aumento de 211.334,63€ em relação ao ano de 2019, sendo assim, aquela que em termos nominais, registou o maior aumento e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das



várias associações de que o município faz parte. Este aumento resulta essencialmente da compensação dos transportes escolares, que agora é gerida através da Comunidade Intermunicipal de Trás-Os-Montes, e que absorve 210.214,14 euros do total.

As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 243.376,71 euros.

As transferências para a Administração Central estão associadas ao pagamento realizado ao Agrupamento de Escolas de Mogadouro no valor de 7.500,00 euros.

Foram ainda pagos 26.413,72 euros ao Município de Vimioso para gestão do Canil Intermunicipal, valor muito idêntico ao de 2019.

Deste agregado fica para o fim a rubrica "Famílias" que absorve 380.419,65 euros, valor muito superior ao registado em 2019 em 115.538,08€, motivado pelos apoios concedidos aos comerciantes no valor de 45.031,19 euros como forma de combater a crise instalada pela malfadada pandemia. Aqui cabem, para além dos contratos de emprego e inserção no valor de 218.166,11 euros, também as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 77.608,63€, apoio esse que pela primeira vez foi de 75% sobre o valor pago pelos produtores, no apoio à aquisição de livros escolares, o valor 6.235,94€, no apoio à compra de medicamentos o valor de 15.695,38€, entre outros como o apoio ao arrendamento no valor de 15.245 euros.

DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.



Nesta componente da despesa de capital, no ano 2020, o valor final orçamentado foi de 9.733.264,00€, dos quais foram pagos 5.111.637,04€, o que correspondeu a uma execução de 52,52%.

Descrição	2020				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	9.030.603,00€	4.562.193,17€	89,25	32,39	50,52
Transferências de Capital	273.652,00€	145.320,28€	2,84	1,03	53,10
Ativos Financeiros	24.885,00€	0,00€	0	0	0
Passivos Financeiros	404.124,00€	404.123,59€	7,91	2,87	100
Outras Despesas de Capital	00€	0,00€	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	9.733.264,00€	5.111.637,04 €	100,00	36,29	71,81
TOTAL DA DESPESA	19.924.968,00 €	14.084.787,80 €			70,69

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital - Valor de investimento e que, excluindo a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano (11.708,28€), coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofreu um forte acréscimo de 2.115.145,78 euros, o que corresponde a 86,44% face a 2019, refletido no aumento do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 72,15% em 2019, para 89,25% em 2020), aumentando também a sua importância relativa na despesa total (de 18,37%, em 2019, para 32,39%, em 2019).

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital de cerca de dois milhões de euros, justificado pelo maior volume de receita arrecadada.

Descrição	2017		2018		2019		2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	3.135.017,39	85,01	1.582.488,51	81,18	2.447.047,39	88,69	4.562.193,17	96,91
Transferências de Capital	453.439,03	12,29	292.105,23	14,99	262.352,91	9,51	145.320,28	3,09
Ativos Financeiros	99.531,00	2,70	74.648,25	3,83	49.765,50	1,80	0	0,0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento Global	3.687.987,42	100	1.949.241,99	100	2.759.165,80	100	4.707.513,45	100

AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 4.562.193,17€, os compromissos assumidos tenham sido de 8.821.860,24€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução próxima dos 100%.

Investimento Direto



Descrição	2017		2018		2019		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	6.740,00	0,21	2.419,50	0,15	3.326,12	0,14	10.500,00	0,23
Habitação	36.900,00	1,18	0,00	0,00	332.729,92	13,60	411.485,34	9,02
Edifícios	126.860,60	4,05	155.004,84	9,80	246.289,54	10,06	758.437,44	16,62
Construções Diversas	2.656.157,88	84,73	1.130.395,07	71,43	1.423.783,97	58,18	3.005.436,35	65,88
Material de Transporte	61.767,00	1,97	79.945,51	5,05	18.000,00	0,74	119.899,16	2,63
Maquinaria e Equipamento	189.422,28	6,04	161.081,07	10,18	301.574,39	12,32	189.337,01	4,15
Outros	57.169,63	1,82	53.602,52	3,39	121.343,45	4,96	67.097,87	1,47
Investimento Direto	3.135.017,39	100,00	1.582.448,51	100,00	2.447.047,39	100,00	4.562.193,17	100,00

Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rúbrica das "Construções diversas" que por si só assume 65,88%, o que corresponde ao valor de 3.005.436,35€. Deste bolo destacam-se o investimento na reformulação do sistema de tratamento das águas residuais de Mogadouro, a repavimentação da E.M.600 entre Variz e São Martinho do Peso e remodelação da rede de água e saneamento de Meirinhos.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor, é o de "Edifícios", de onde se destaca, a reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e exposições, a beneficiação da Piscina Municipal Coberta e a construção da Cantina Escolar de Mogadouro.

Surge logo de seguida o item "Habitação", cujo valor se refere à requalificação das habitações do ex bairro do Fundo de Fomento.

Segue-se por ordem de grandeza o agregado "Equipamento diverso", de onde se destacam as despesas com a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de menor valor.



Como a maioria dos agregados, registaram aumento consideráveis, importa também fazer referência à designada por "Material de transportes", com um total de 119.899,16 euros relativo à aquisição de 3 viaturas com destaque para uma de 9 lugares que permite o transporte de pessoas com dificuldades motoras.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2020, o Município diminuiu o valor das transferências de capital em 117.032,63 euros face a 2019, o que corresponde a uma redução de 44,61%. Assim, o montante total de 145.320,28 euros gasto nesta rubrica, contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 2,84% no total da despesa de capital paga, e de 1,03% da despesa total.

Descrição	2020	2019	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	145.320,28	262.3520,91	-117.032,63	-44,61
Privadas	80.512,00	86.720,00	-6.208,00	-7,16
Freguesias	45.000,00	42.818,13	2.181,87	5,09
Associação de Municípios	11.708,28	24.616,39	-12.908,11	-52,44
Segurança Social	600,00	0	600,00	100%
Instituições Sem Fins Lucrativos	0	95.000,00	-95.000,00	-100%
Famílias	7.500,00	13.198,39	-5.698,39	-43,18

O valor constante na rubrica "Privadas", regista um ligeiro decréscimo, face a 2019, e diz respeito a 50% do apoio à criação de 23 novos postos de trabalho concedidos a empresas e ainda ao pagamento de 25% de outros vinte e um concedidos já em anos anteriores no valor total de 80.512,00 euros. Esta



redução está relacionada com o impacto negativo que a economia sofreu pela pandemia, tendo-se concedido menos 4 apoios em relação ao ano anterior.

Já o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 45.000,00 euros sofreu um pequeno acréscimo em relação a 2019 resultante de dois protocolos celebrados, com destaque para o valor concedido à freguesia de Castelo Branco para a construção de Casa Mortuária daquela localidade.

No âmbito da Segurança Social, no ano em análise apenas a registar o valor simbólico de 600 euros atribuídos à Associação de Desenvolvimento Social de Remondes, mesmo assim superior, porque em 2019 não se registou qualquer transferência.

Não se regista qualquer valor na rubrica "Instituições sem fins lucrativos" porque não houve qualquer pedido por parte dessas entidades.

As transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 7.500,00 euros, registou também um ligeiro decréscimo e foram destinados ao apoio na melhoria de habitação de uma família carenciada.

ATIVOS FINANCEIROS

O valor a pagar no ano 2020, relativamente à rubrica de ativos financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM - Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

A publicação da Lei 12/2020 de 7 de maio, veio conceder moratórias à realização de capital, pelo que o valor em dívida se mantém em 24.882,75 euros.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 404.123,59 euros, representam 7,9% do total das despesas de capital em 2020, tendo diminuído 228.502,99 euros face a 2019, e dizem respeito exclusivamente

às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município, com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada pela redução das taxas de juros, e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2017		2018		2019		2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	705.609,24	99,81	697.164,91	99,93	632.626,58	99,95	404.123,59	99,99
Encargos Financeiros	1.355,64	0,19	496,01	0,07	309,61	0,05	19,88	0,01
Serviço de dívida	706.964,88	100,0	697.660,92	100,0	632.936,19	100,0	404.143,47	100,0

No final de 2020, o município tinha contratado e em dívida 9 empréstimos, em vez dos 11 de 2019, tendo chegado ao fim, dois da Caixa Geral de Depósitos, desagregados da seguinte forma em termos de dívida no final do ano:

- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (6): 142.480,28 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo - CCAM - (1): 324.758,38 euros.

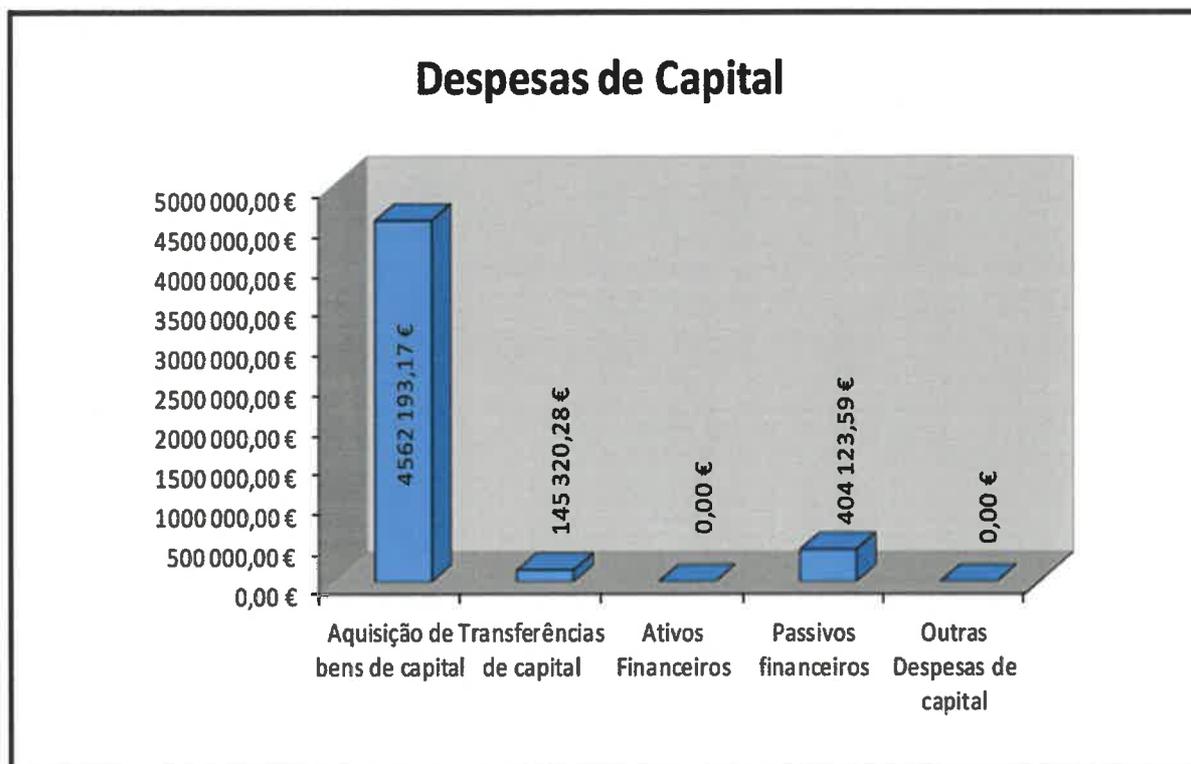
Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não se registando, qualquer imparidade com as entidades financeiras.

Tendo como referência o ano de 2013, o atual Executivo reduziu neste período a dívida em mais de 90% o equivalente a 4.545.861,45 euros, como pode ser constatado através da informação do mapa seguinte. Esta situação, traduz o esforço significativo que foi feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo afirmar-se que a situação atual está perfeitamente controlada.

<i>Evolução dos empréstimos bancários</i>			
<i>Ano</i>	<i>Valor em dívida</i>	<i>Variação (€)</i>	<i>Variação (%)</i>
2013	5.013.100,11		
2014	4.313.593,89	699.506,22	13,96
2015	3.611.432,67	702.161,22	16,28
2016	2.906.762,98	704.669,69	19,51
2017	2.201.153,74	705.609,24	24,27
2018	1.503.988,83	697.660,92	31,67
2019	871.362,25	632.936,19	42,06
2020	467.238,66	404.123,59	46,38

O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta, mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.





1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos

Os documentos previsionais das autarquias, ainda elaborados de acordo com o POCAL, são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'M. J. P.' at the top and 'M. J. P.' at the bottom.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Z' and several names.

O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Da análise ao quadro seguinte constata-se, na ótica da despesa paga (7.217.880,36€), que no final do período em análise, a taxa de execução das GOP's foi de 58,81%. No final do ano 2019, o nível de execução tinha sido de 61,37%.

Repartição por funções -2020



Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2020				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	554.631,83	100,0%	7,68%
1.1.1.	Administração geral	323.686,37	58,36%	4,48%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	230.945,46	41,64%	3,20%
2.	Funções Sociais	3.841.717,43	100,0%	53,23%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	7.500,00	0,19%	0,10%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	160.037,35	4,16%	2,22%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	5.095,42	0,13%	0,07%
2.3.2.	Ação social	1.049.083,36	27,31%	14,54%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.868.022,69	48,63%	25,88%
2.4.2.	Ordenamento do território	22.816,50	0,59%	0,32%
2.4.3.	Saneamento	745.526,68	19,41%	10,32%
2.4.4.	Abastecimento de água	359.890,67	9,37%	4,99%
2.4.5.	Resíduos sólidos	674.123,53	17,55%	9,34%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	65.665,31	1,71%	0,91%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	751.978,61	19,58%	10,42%
2.5.1.	Cultura	479.878,03	12,49%	6,65%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	240.671,21	6,27%	3,33%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	31.429,37	0,82%	0,44%
3.	Funções económicas	1.562.084,53	100,0%	21,64%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	60.785,22	3,89%	0,84%
3.2.	Indústria e energia	98.279,30	6,29%	1,36%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.255.255,86	80,36%	17,39%
3.3.2.	Transportes aéreos	20.829,50	1,33%	0,29%
3.4.1.	Mercados e Feiras	0	0	0
3.4.2.	Turismo	126.934,65	8,13%	1,76%
4.	Outras Funções	1.259.446,57	100,0%	17,45%
4.1.1.	Empréstimos	404.193,27	32,09%	5,60%
4.2.	Transferência entre Administrações	855.253,30	67,91%	11,85%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		7.217.880,36	100,0%	100,00%



Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município ainda em fase de implementação, assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos verificar, conforme mapa anterior, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais, corresponde a 7,68% do total dos custos, e representam 554.631,83 euros, sendo que este grupo integra a Administração Geral e a Proteção Civil. As funções sociais representam 3.841.717,43 euros, correspondendo a 53,23% dos custos do município. A rubrica da Ação Social contribuiu com 27,31% do total dos custos desta função, ou seja, mais de um milhão de euros, e a do Saneamento contribuiu com 19,41%, que corresponde a 745.526,68 euros.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que apresentam o valor de 1.562.084,53 €, sendo que a soma das rubricas dos transportes rodoviários por si só, correspondem a 80,36% do total desta função.

A função, "outras funções" tem um valor de 17,45% do valor do total dos custos deste município, que corresponde a 1.259.446,57 euros.

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos em separado a execução do PPI, demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim, as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais assumem de novo a maior percentagem do bolo do PPI, com um valor global de 2.848.233,80 euros, o que representa 62,27% do total e um acréscimo de 1.478.199,14 euros face a 2019.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para a ação social, mais concretamente para o projeto e requalificação das habitações do ex Bairro do Fundo de Fomento com o valor de 870.828,05 euros.

Bairro Social



Nos saneamentos, assumem maior relevância, a unificação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro, com um total de 623.046,10€, e o abastecimento de água, bem como estações de tratamento em outras localidades como o Salgueiro.

ETAR Mogadouro

No abastecimento de água destacamos o projeto e remodelação de rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Meirinhos com o valor de 228.966,41 euros e a adutora entre a captação da Maneta e o reservatório do Penedo com o valor de 79.134,47 euros.

Água, saneamento, pavimentação Meirinhos

Adutora entre a Maneta e o Reservatório do Penedo



Na área da educação, o destaque vai para a construção da Cantina Escolar, que está em fase inicial da construção, mas absorveu já, o valor de 151.224,91 euros.

Cantina Escolar



No subtítulo da Cultura, o maior investimento foi direcionado para o projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições, onde no final de 2020, já tinham sido gastos 325.171,32 euros e ainda a rede de Castros - Valorização e conservação do Castelo dos Mouros e do Castelo de Oleiros, com um investimento de 61.217,65 euros.

Parque das Feiras



Já na área do desporto, recreio e lazer, embora seja o único projeto executado ou em execução, deve ter-se em conta o investimento no valor de 225.365,21 euros, realizado na beneficiação da Piscina Municipal Coberta.

Piscina Coberta



FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, ficam em segundo por ordem de grandeza, registando em termos globais um total de investimento de 1.403.927,88 euros, que corresponde a 30,69% do bolo geral, e também superior ao registado no ano de 2019 em 742.752,25 euros. Deste total, destacam-se os 1.255.255,86 euros

gastos na rubrica "Transportes Rodoviários", onde as obras de requalificação da E.M.600 entre o Variz e São Martinho do Peso (888.812,94€) e a repavimentação de arruamentos também de S. Martinho do Concelho com 203.767,34 euros absorvem a maior fatia.

Estrada Variz - S. Martinho



Estando ainda em construção e numa fase embrionária, merece ainda destaque neste grupo de funções, a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones (EPVARA), que no final de 2020, registava já, o pagamento de 60.785,22 euros.

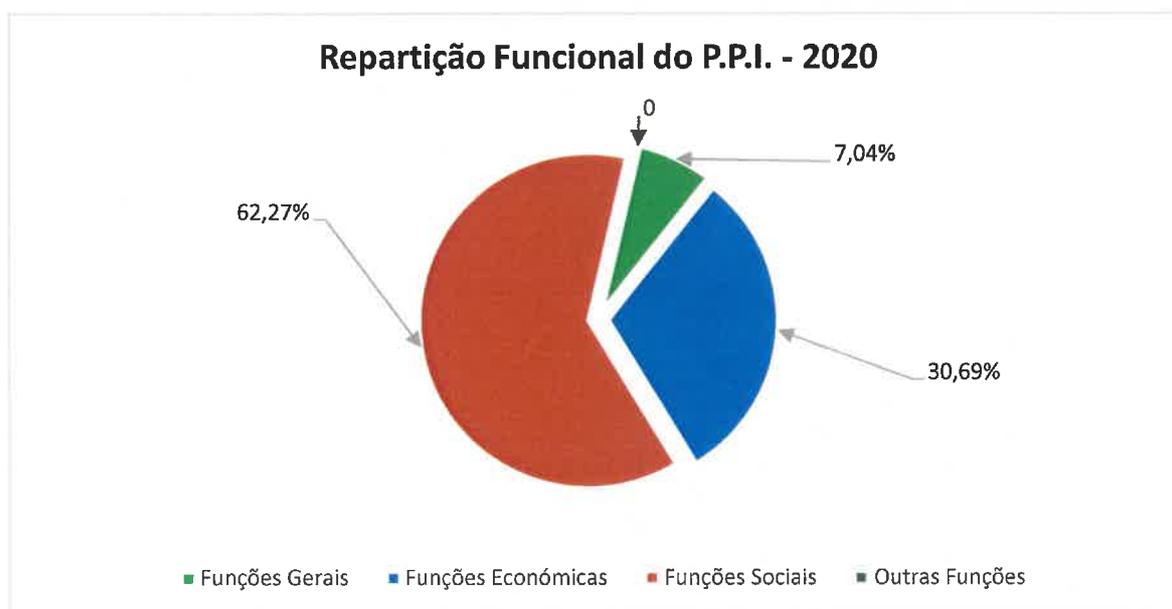
EPVARA



FUNÇÕES GERAIS

Já o valor pago com as Funções Gerais, inferior ao de 2019 em 155.571,11 euros, totalizou 321.739,77 euros e representa 7,04% do total, sendo que, a Administração Geral absorveu quase a totalidade do valor com 321.590,77 euros. Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados na modernização e informatização de serviços com 125.433,33 euros e a aquisição de viaturas com 106.800,88 euros.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

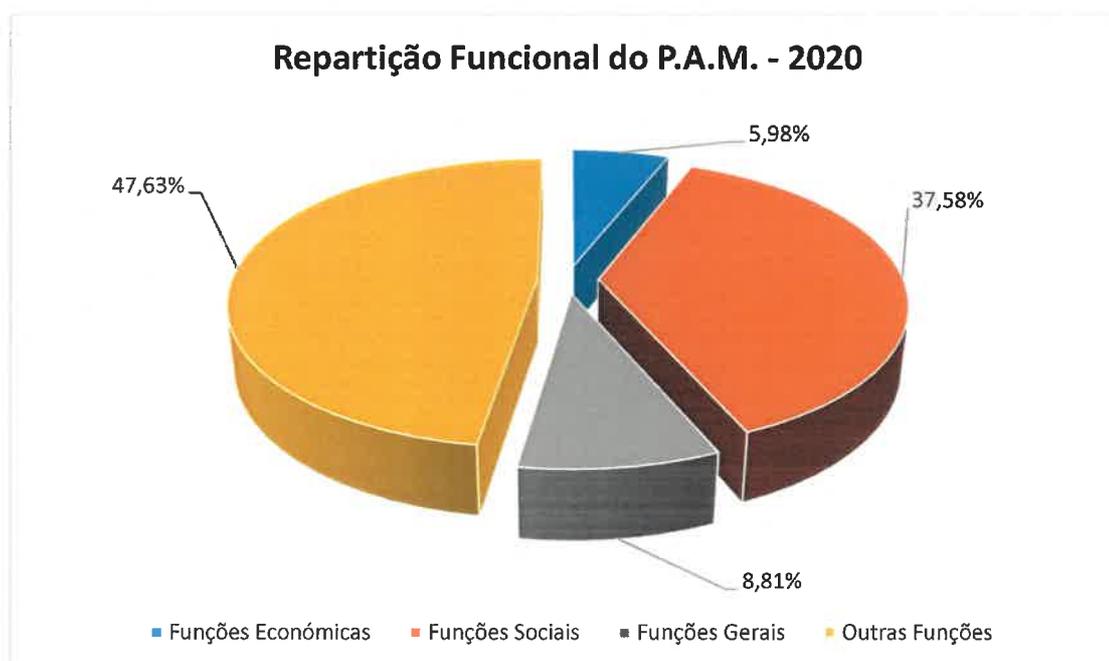
A dotação da despesa prevista em Plano de Atividades Municipais - PAM (dotação inicial), ascendia a 3.400.378,00€, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas, e outras que,

entretanto surgiram, principalmente pelo cancelamento de várias atividades por força da pandemia.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de 3.203.353,00€, atingindo no fim, uma taxa de execução de 82,54% e que corresponde ao valor de 2.643.978,91€, significando que o Município diminuiu e pela razão citada, a execução das atividades mais relevantes em 458.580,39 euros, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo do ano de 2020.



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2020, foi o grupo das "Outras funções", onde se destaca a rubrica de "Transferências entre Administrações" no total de 855.253,30€, onde se inserem as transferências



efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte e as "operações de dívida autárquica" com pagamentos de 404.193,27 euros.

Transferências para as Juntas de Freguesia			
Entidades	Transferências		
Freguesias	Correntes	Capital	Total
Azinhoso	21.046,76		21.094,33
Bemposta	36.648,48		36.703,92
Bruçó	10.051,88		10.095,98
Brunhoso	11.392,63		11.392,63
Castelo Branco	24.447,53	30.000,00	54.447,53
Castro Vicente	21.686,83		21.686,83
Meirinhos	15.499,50		15.499,50
Paradela	12.798,88		12.798,88
Penas Roias	22.526,97		22.526,97
Peredo de Bemposta	13.439,17		13.439,17
Saldanha	17.125,82		17.125,82
São Martinho do Peso	28.214,35		28.214,35
Tó	9.511,98	15.000,00	24.511,98
Travanca	12.838,87		12.838,87
Urrós	17.119,79		17.119,79
Vale da Madre	8.771,78		8.771,78
Vila de Ala	19.526,39		19.526,39
União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane	20.486,51		20.486,51
União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei	40.504,73		40.504,73
União de Freguesias de Remondes e Soutelo	24.387,58		24.387,58
União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	22.887,19		22.887,19
Ministério das Finanças	13.223,08		13.223,08
TOTAIS	424.136,70	45.000,00	469.136,70



De referir o valor de 13.223,08 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º.1 do artigo 23.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos, e ainda o valor de 555,62 euros relativo ao recenseamento eleitoral.

Em segundo lugar com 993.483,63€ e uma taxa de execução de 73,63%, surgem as "Funções Sociais", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ação sociais, a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 181.156,40€ em relação a 2019.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos, onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos á limpeza e recolha de lixo, que por si só totalizam 556.990,53€ e correspondem a 56,06% deste agregado, a "Ação Social" com 178.255,31€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 62.576,10€, e ainda ao apoio à compra de medicamentos e habitação social no valor de 15.695,38€ e 7.500,00€ respetivamente e ainda os 28.723,62€ gastos no Espaço Mais. Deve aqui destacar-se também, o valor de 45.031,19 euros gastos com o Fundo de Emergência.

Para os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" foram 119.696,93€, desagregados pelos setores da "Cultura" 72.961,56 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 53.250,05€ e pelo "Desporto, Recreio e lazer" com 15.306,00 euros.

Este agregado regista valores muito inferiores ao ano de 2019, porque eventos como o encontro de anciãos, o "Red Burros" e a Feira do Livro, não se realizaram pelas razões já atrás descritas.

93-
fm
Bpe:
giz



As "Funções Gerais" surgem em terceiro lugar com um total de 232.892,06€, o que representa 8,81% do total do Plano das Atividades Municipais. O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 95,10%, foi transferido quase na totalidade aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 118.126,71 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 112.669,75 euros.

As "Funções Económicas", com 158.156,65€ surgem este ano em último lugar do total gasto (5,98%) e com uma taxa de execução de 70,50%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 80.512,00€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio à criação de emprego e 77.644,65€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição foi feita essencialmente pela Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor que apesar de não ter ocorrido, teve custos inerentes à sua realização, e por publicidade com o valor de 35.182,83 euros.

De referir que também neste agregado se registou uma queda acentuada de valores em relação ao ano anterior, porque não foram realizadas, a Feira dos Gorazes, o festival da Terra Transmontana, o concurso de bovinos entre outros.

IV – Linhas de Intervenção

1 – Educação e Cultura

Durante o ano de 2020, realizaram-se na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) diversas atividades, procurando que este espaço seja de lazer, de cultura e para a cultura, promovendo através do seu Serviço de Extensão Cultural, atividades culturais para diferentes públicos e diferentes tipologias.

São disso exemplo as Horas do Conto e Leituras Seniores (55); Ateliês de Expressão Plástica (42); Ateliês de Culinária (2); Outros Ateliês (2); Mostras



Bibliográficas (16); Exposições diversas (5); Várias Formações (6) e Visitas Guiadas; Concursos de leitura; Espetáculos diversos; Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades (10).

Temos assim no final de 2020, a concretização de 138 atividades organizadas ao longo do ano, sendo que devido à pandemia e ao encerramento das instalações da BMTC, foram realizadas online através de várias plataformas.

De referir ainda que durante o ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) esteve aberta ao público 192 (cento e noventa e dois) dias, e foi visitada por 4.243 (quatro mil duzentos e quarenta e três) Utilizadores/Leitores, significando que a referida Instituição recebeu em média cerca de 22 pessoas por dia (22,09).

De destacar os 2143 pedidos de empréstimo domiciliário e os 32 novos utilizadores que se inscreveram ao longo do ano.

Usufruíram dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal, 587 pessoas ao longo de 2020.

Para melhor servir os utilizadores/leitores foram adquiridos durante o ano de 2020 diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 5.006,47 euros, pretendendo-se desta forma, criar uma Biblioteca do e para o século XXI, ativa na comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo mais informada.

Ainda nesta área, mas com interrupções por culpa da pandemia:

- Realizamos as Exposições "A arte de modelar o barro" que registou 1.352 visitantes e "No Mundo Rural também há Natal" que obteve a visita de 85 pessoas.*

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

- *Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;*
- *Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;*
- *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
- *Como último evento desta natureza, foi realizado o Desfile de Carnaval;*



- *Para a concretização do programa das amendoeiras em flor, foi tudo organizado, mas com a declaração do estado de emergência, foi cancelada a festividade a um dia da inauguração.*
- *O grupo de máscaras registou ainda uma saída a Salsas e outra ao Entrudo de Lazarim;*



- Organizamos a exposição de Balbina Mendes "O Rosto, Máscara Intemporal" com 22 peças;



- O Município participou também na Feira da Caça e Turismo de Macedo de Cavaleiros;

2 – Saúde e Qualidade de Vida

- Durante o ano de 2020, no universo de 72 pedidos procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 67 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 14.950,11 euros;
- Suportamos a despesa de 46.222,60 euros com as 241 deslocações efetuadas ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros



hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, tendo sido transportados 418 munícipes com doenças do foro oncológico ou outras que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. Alguns munícipes realizaram várias deslocações no ano.

- *No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social, com um total gasto de 5.095,42 euros;*
- *Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;*

3 – Desporto

- *Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade, durante o tempo possível;*
- *Contratamos uma empresa de prestação de serviços para monitorização e manutenção de oito percursos pedestres de pequena rota do Concelho de Mogadouro.*

4 – Ação social

- *Apoiamos 7 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de uma família com dificuldades financeiras, com grandes reparações na sua habitação;*
- *Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia através da celebração de protocolos;*



- *Foram atribuídos vários cabazes de Natal a famílias mais carenciadas no valor de 1.942,58 euros;*
- *Durante o ano e por se verificar a falta de recursos financeiros, foram ainda anuladas as dívidas de refeições escolares e ainda a isenção do pagamento da taxa de religação de contador de água durante a uma família.*
- *Pela primeira vez e devido à situação pandémica, foram atribuídos vales de compras para aquisição de bens de primeira necessidade aos munícipes que perderam rendimentos, sendo que dos 6 agregados familiares candidatados, apenas 3 deles cumpriam com os requisitos pré-estabelecidos.*

5 – Segurança

- *Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;*
- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*
- *Acompanhamos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança.*

6 - Património Cultural

- *Identificam-se como instrumentos do regime de valorização, o inventário geral do património cultural, instrumentos de gestão territorial, parques arqueológicos, os programas e projetos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, assim como programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens. Programas e projetos de divulgação, sensibilização e animação de formação específica e contratualizada, bem como programas de voluntariado. Programas de apoio à ação educativa e*

programas de aproveitamento turístico. Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as coleções visitáveis constituem igualmente instrumentos de valorização dos bens culturais. E por último os planos e programas de aquisição de bens culturais e permuta dos mesmos. Assim, pela Sala Museu e serviços de Arqueologia, foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam:

- *O Projeto de valorização dos Castelos dos Mouros e de Oleiros;*
- *Remoção de graffitis no Castelo de Mogadouro;*
- *Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;*
- *Marcação da área de implantação do arqueossítio Mamoa da Pena.*

7 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

- *Atribuiu-se o valor total de 80.512,00 euros para apoio à criação de 23 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 21 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal;*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com o pagamento de 75% dos custos suportados por estes com a vacinação animal traduzido num custo de 77.608,63€.*
- *Concedemos apoios aos comerciantes locais no valor de 45.031,19 euros, como forma de combater a crise provocada pela pandemia.*

V – QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos

Estando a decorrer o Programa Operacional "Norte 2020", importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que face aos atrasos verificados no programa, o período foi alargado de forma a concluir os projetos em fase de construção e outros ainda em fase inicial. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como



objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.

Data	Designação	Comparticipação	Recebido no Ano	Recebido Acumulado
10/08/2018	Reabilitação de edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho - adaptação a cantina escolar	1.185.195,27€	0€	0€
22/10/2020	EB1 e Jardim de Infância - Melhoramento de condições térmicas	90.784,16€	0€	0€
10/07/2020	Mobilidade Urbana Sustentável	70.422,04€	0€	0€
24/08/2015	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	388.234,42€	102.443,66€	361.413,63€
20/07/2018	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	1.874.615,45€	510.956,00€	674.837,74€
30/05/2018	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	1.295.248,66€	606.932,47€	873.351,92€
21/12/2018	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	683.558,72€	4.095,10€	4.095,10€
04/05/2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	138.700,00€	0€	0€
25/06/2019	Construção de passadeiras, com características de acalmia e tráfego, em Mogadouro	212.923,55€	170.170,14€	170.170,14€
03/10/2019	Reabilitação energética e funcional do Edifício da Piscina Coberta de Mogadouro	127.687,02€	143.795,35€	43.795,35€
02/07/2019	Rede de Castros - Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	271.740,78€	9.040,53€	9.040,53€
02/07/2019	Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	39.975,00€	39.975,00€	4.766,25€
Totais		6.379.085,07€	1.452.199,50€	2.141.470,66€



O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.

No final do ano 2020, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 6.379.085,07€, o que correspondia a um volume de investimento muito superior, na medida em que o máximo de comparticipação é de 85%, havendo outras que são financiadas em apenas 50%.-. De referir que, alguns deles vêm já de anos anteriores, outros há que estão concluídos e aguardam apenas o fecho do projeto e há ainda os que não têm qualquer execução financeira.

De acordo com o quadro apresentado, pode verificar-se que no final de 2020, o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de 4.237.614,41€, que serão recebidos contra a apresentação da despesa realizada, podendo afirmar-se que no final do ano muita dessa despesa enviada, ainda não tinha sido recebida a respetiva comparticipação.

VI - ENDIVIDAMENTO

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal.



Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o nº 1 do art.º 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Com a publicação da Lei 35/2020 de 13 de agosto, no artigo segundo, as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021



são alteradas como medida excecional de combate à pandemia da doença COVID-19, suspendendo os limites ao endividamento estabelecidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

No entanto, tendo em conta os dados fornecidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, no caso do município de Mogadouro, o limite de endividamento para o ano de 2020 era de 17.297.157,00 euros, conforme retratamos no quadro seguinte:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2017	2018	2019	Total		
11.461.833€	11.551.248€	11.581.232€	34.594.314€	11.531.438€	17.297.157€

Sendo a capacidade de endividamento de 17.297.157,88€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2020	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
17.297.157	01 - janeiro - 2020				
	1.387.860	158.773	1.072.442	16.259.875	3.078.718
	31 - dezembro - 2020				
	1.111.808	84.174	623.540	16.673.617	3.334.723
Variação da dívida total					-41,86%

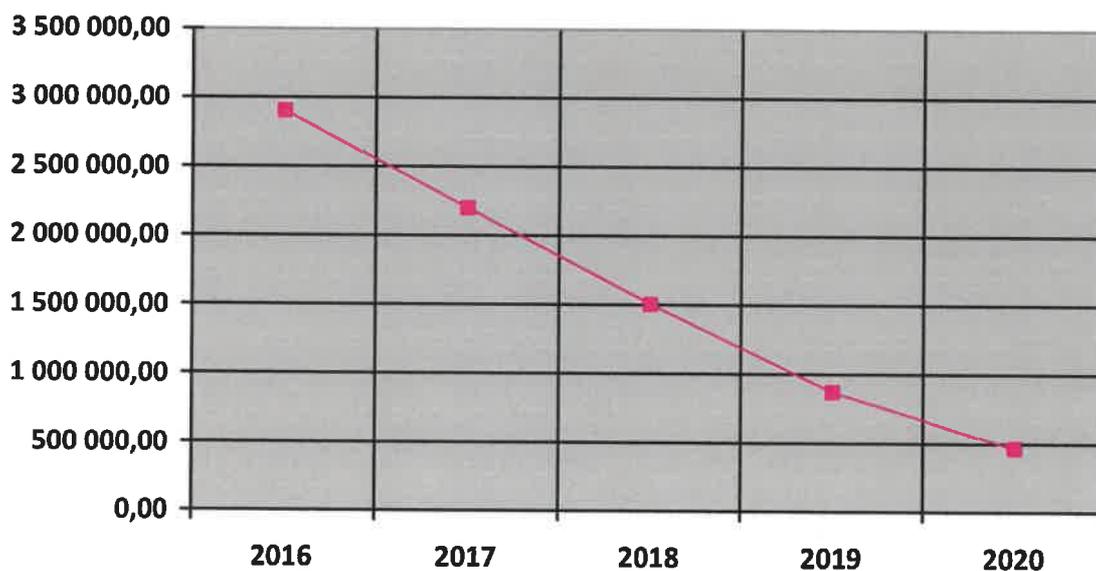
Apesar da DGAL não ter feito este apuramento, considerando o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 84.174 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 16.673.617€ (17.297.157 - 623.540).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderíamos ter aumentado a dívida em 3.334.723€ (16.673.617€ x 20%).

Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2016	2017	2018	2019	2020
Total Capital em dívida de MLP	2.906.792,98	2.201.153,74	1.503.988,83	871.362,25	467.238,66

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2016 e 2020, foram amortizados 2.439.554,32€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 84%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.



Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2020, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 28.379,36€. A 31 de dezembro de 2020, os mesmos mapas indicam que a dívida era de



24.929,03€. Mais uma vez, o valor da dívida de curto prazo é praticamente nulo, e não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos, atendendo a que a dívida é inconstante de acordo com a data de entrega da faturação.

Quanto aos pagamentos em atraso (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O prazo médio de pagamentos que este ano, não foi divulgado pela DGAL, mantém-se idêntico ao verificado no ano transato.

VII. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 2.806.336,39€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal *Receitas Correntes/Despesas Correntes*, que regista o resultado de 131,24%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".

Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2020	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
11.776.487,15€	8.973.150,76€	685.751,31€	9.658.902,07€

VIII - ANÁLISE PATRIMONIAL

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.

Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O Município de Mogadouro atingiu em 2020 o valor de 67.548.766,67, de euros o que significa uma redução de 3.618.191,21 euros face ao ano anterior, o equivalente a 5,1%.

A redução resulta do elevado valor das reversões de depreciação e amortização, que no ano em apreço, regista o valor de 6.309.525,56€, ou seja, um valor superior ao investimento realizado durante o ano em análise.

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo, sendo certo que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, a opção prevista na IPSAS 33, de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre os anos de 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2021.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- *Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*
- *Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*
- *Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*
- *Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*
- *Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento*
- *Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os Gastos e os Rendimentos dos serviços.*

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

➤ *Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;*

➤ *Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

➤ *Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia.

Balanço



ATIVO	2020	2019	Variação
Ativos fixos tangíveis	59.990.823,55€	64.674.521,83€	-7,3%
Propriedades de investimento	1.748.586,33€	1.881.945,16€	-7,1%
Ativos intangíveis	31.164,06€	176.003,53€	-82,3%
Participações financeiras	3.740,98€	3.740,98€	0%
Diferimentos	1.760,93€	0€	100%
Outros Ativos Financeiros	447.889,50€	447.889,50€	0%
Ativo não Corrente	62.223.965,35€	66.884.101,00€	-7%
Inventários	154.863,46€	180.426,91€	-14,2%
Clientes, contribuintes e utentes	113.916,37€	157.300,32€	-27,6%
Estado e outros entes públicos	38.093,11€	20.625,60€	84,7%
Outras contas a receber	7.254,38€	0€	100%
Diferimentos	52.195,54€	62.351,27€	-16,3%
Caixa e depósitos	4.958.478,46€	3.862.152,78€	28,4%
Ativo Corrente	5.324.801,32€	4.282.856,88€	24,3%
TOTAL DO ATIVO	67.548.766,67€	71.166.957,88€	-5,1%

Património Líquido e Passivo	2020	2019	Variação
Total do Património Líquido	65.929.421,13€	69.208.783,37€	-4,7%
Património/Capital	16.067.419,56€	16.067.419,56€	0
Resultados Transitados	13.163.791,90€	16.246.770,98€	-19%
Outras variações no Património Líquido	39.327.280,52€	38.645.376,44€	1,8%
Resultado Líquido do Exercício	-2.629.070,85€	-1.750.783,61€	50,2%
Total do Passivo Corrente	1.619.345,54 €	1.958.174,51€	-17,3%
Fornecedores	24.929,03€	28.379,36€	-39,5%
Estado e outros entes públicos	43.125,30€	41.192,87€	4,7%
Financiamentos obtidos	467.238,66€	871.362,25€	-46,4%
Fornecedores de investimento	2.730,00€	0€	100%
Outras contas a pagar	1.081.322,55€	1.017.240,03€	6,3%
Total do Património Líquido e Passivo	67.548.766,67€	71.166.957,88€	-5,1%

Os ativos fixos tangíveis representam 88,8% do total do ativo e registaram uma redução de cerca de quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro euros, que resulta sobretudo do valor das amortizações e das reversões efetuadas, ter sido superior ao valor das obras efetuadas e bens adquiridos.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 3.862.152,78 euros em 2019 para 4.958.478,46 euros em 2020. Este bom momento é refletido também no passivo, com uma diminuição da dívida de Financiamentos obtidos, que baixaram dos 871.362,25 euros em 2019, para os 467.238,66 euros em 2020.

Em relação ao passivo, o Município de Mogadouro fechou o ano com um valor de 1.619.345,54 euros, sendo constituído na totalidade por passivo corrente.

O total do Património Líquido do Município é agora de 65.929.421,13 euros, o que traduz um decréscimo de 3.279.362,24 euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, da redução do valor dos Resultados Transitados.

1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de rendimentos e gastos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.

Pela diferença entre as rubricas de rendimentos e as rubricas de gastos que ocorreram ao longo do exercício de 2020, apura-se o resultado do exercício (Rendimentos - Gastos = Resultados).

O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 2.629.070,85€, mais 50,2% do que o registado em 2019.

**Demonstração dos Resultados**

Rubricas	Datas	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	1 010 657,40 €	1 058 784,23 €
Vendas	184 838,10 €	245 328,47 €
Prestações de serviços e concessões	464 519,38 €	739 919,03 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 058 586,80 €	10 251 033,60 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3 409,09 €	2 045,45 €
Trabalhos para a própria entidade		7 853,24 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-434 587,93 €	-500 161,83 €
Fornecimentos e serviços externos	-3 399 757,29 €	-4 228 690,35 €
Gastos com pessoal	-3 636 894,62 €	-3 787 114,07 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 654 708,60 €	-1 552 696,64 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 027,03 €	-1 678,58 €
Outros rendimentos	2 533 321,14 €	2 458 506,19 €
Outros gastos	-445 883,31 €	-96 575,48 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 682 473,13 €	4 596 553,26 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 309 525,56 €	-6 343 886,19 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-2 627 052,43 €	-1 747 332,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,04 €	
Juros e gastos similares suportados	-2 018,46 €	-3 450,68 €
Resultado antes de impostos	-2 629 070,85 €	-1 750 783,61 €
Resultado líquido do período	-2 629 070,85€	-1 750 783,61€

Em termos globais, comparando **Rendimentos** com **Gastos**, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um **Resultado Líquido do Exercício** negativo, como já foi dito.



Analisada a estrutura da **Demonstração de Resultados**, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Gastos", quer ao nível do "Rendimentos".

Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar uma diminuição de 13,1% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" dos "Fornecimentos e Serviços Externos" em 19,6% e "Gastos com o Pessoal" em 4% em contrapartida do aumento das "Transferências e subsídios concedidos" em 6,6%.

As "Amortizações do Exercício" contribuem com a maior fatia dos "Gastos", seguindo-se em ordem de importância, os "Gastos com Pessoal" e os "Fornecimentos e serviços externos".

Quanto aos "Rendimentos", de registar que à exceção dos "Outros Rendimentos" que cresceram 3%, todos os outros itens tiveram variações negativas, principalmente as "Prestações de serviços e concessões" que caíram 37,2%, as "Transferências e subsídios correntes obtidos" com uma quebra de 11,6% e os "Impostos, contribuições e taxas" com 4,5%.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com as **Demonstrações Financeiras** do ano de 2020, o resultado líquido negativo de 2.629.070,85€, valor evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados, que deveria ser coberto pelas reservas, como as mesmas não estão constituídas, o Órgão Executivo propõe que os resultados negativos transitem em conta à semelhança dos resultados de anos anteriores.